



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



SONDAGEM ■ GRANDE MAIORIA AINDA ACREDITA NO SECTOR FINANCEIRO

Bancos merecem confiança média

■ Apesar da instabilidade, só 24% dos portugueses acreditam pouco na Banca nacional

● SOFIA PIÇARRA

Mais de 24 por cento dos portugueses têm um grau de confiança reduzido no sistema bancário português. Os dados são de uma sondagem CM/Aximage, que indica também que o grau de confiança médio se fica pelos 54,7 por cento.

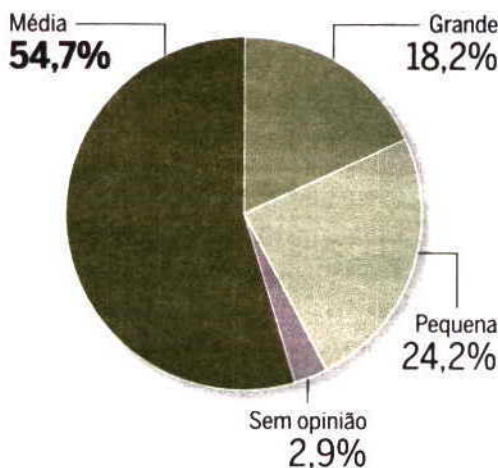
O inquérito foi realizado entre os dias 3 e 5 de Dezembro, cerca de um mês depois da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN). Nessa semana, era também anunciada a falência técnica do Banco Privado Português (BPP), e a renúncia do presidente, João Rendeiro, fundador da instituição. O que pode ajudar a explicar que apenas 18,2 por cento dos inquiridos revelem um grau de confiança elevado nos bancos nacionais.

Mais do que injeções de capital, os mercados têm revelado a necessidade de injeções de confiança. O reforço desses laços com os pequenos aforradores foi, aliás, uma das justificações do Governo para a nacionalização do BPN. Segundo o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, a "desconfiança generalizada e a corrida aos depósitos precipitariam uma grave crise". Por isso, era necessária a intervenção, já que, defende, a função do Estado é "assegurar que as pessoas podem, e devem, continuar a confiar nas instituições".

Segundo Teixeira dos Santos,

Confiança no sistema bancário

Qual o grau de confiança que tem nos bancos?



Acha que o Governo ao dar apoio aos bancos para proteger os depósitos e as poupanças das famílias fez:



FICHA TÉCNICA

Objectivo Confiança dos portugueses no sistema bancário. **Universo** Indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidores de telemóvel. **Amostra** Aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, actividade e voto legislativo) e representativa do universo. Foi extraída de um subuniverso obtido de forma idêntica. A amostra contou com 600 entrevistas efectivas: 266 a homens e 334 a mulheres; 155 no interior, 207 no Litoral Norte e 238 no Litoral Centro Sul, 202 em aldeias, 177 em vilas e 221 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilíbrio amostral. **Técnica** Entrevista telefónica por C.A.T.I. (Computer Assisted Telephonic Interview). **Trabalho de campo** Decorreu entre os dias 3 e 5 de Dezembro de 2008, com uma taxa de resposta de 76,9%. **Erro probabilístico** Para o total de uma amostra aleatória simples com 600 entrevistas, o desvio-padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma margem de erro - a 95% - de 4,00%). **Responsabilidade do estudo** Aximage Comunicação e Imagem Lda, sob a direcção técnica de Jorge de Sá e João Queiroz.

Sondagem CM Aximage

CORREIO DA MANHÃ

passar o BPN para a tutela da CGD não tinha como objectivo proteger as grandes fortunas, mas "salvar os depósitos de milhares de famílias".

Questionados sobre o apoio do Governo aos bancos para proteger depósitos e poupanças das famílias, 81,4 por cento dos inquiridos respondem que o Executivo agiu bem, contra 11,3 por cento que consideram que agiu mal, 1,8 por cento

84,1% dizem que o Governo agiu bem no apoio dado aos bancos

defendem que a acção correu nem bem, nem mal e 5,5 por cento não têm opinião.

Quanto à confiança nos bancos, 16,4% dos inquiridos consideram que a CGD é o mais bem preparado para resistir à crise finan-

ceira internacional. Curiosamente, na outra ponta da tabela está outro banco estatal agora gerido pela CGD, o BPN, no qual apenas 6,5 por cento dos questionados acreditam. ■



REPUTAÇÃO

CGD é o banco em que os portugueses mais confiam

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é, de acordo com a opinião dos portugueses, o banco nacional com maior capacidade para resistir à crise financeira internacional. Segue-se o Banco Espírito Santo (BES) e o Montepio, revela uma sondagem da Aximage Comunicação e Imagem, elaborada no início de Dezembro de 2008, para o **Negócios**.

A entidade presidida por Fernando Faria de Oliveira reforçou a sua reputação de Setembro de 2008 para Dezembro do mesmo ano, indica a sondagem da Aximage. Já o BES e o Montepio mantêm a mesma pontuação. Em quarto lugar, "ex aequo", na lista dos bancos mais fortes face à crise financeira, encontram-se o Banif, o BPI e o Millennium bcp. Contudo, a instituição liderada por Carlos Santos Ferreira

Qual o banco que pode resistir melhor à crise financeira?

Bancos	Dez. 2008	Set. 2008
CGD	16,4	14,2
BES	10,5	10,6
Montepio	10,0	10,0
Banif	9,7	9,7
BPI	9,7	9,4
Millennium bcp	9,7	10,1
Finibanco	9,6	9,9
Crédito Agrícola	9,6	9,3
Santander Totta	9,5	9,9
BPP	8,9	-
BPN	6,5	9,8

Fonte: Aximage

A CGD é, na opinião dos portugueses, o banco nacional com maior capacidade para resistir à crise financeira.*

registra uma queda de confiança entre Setembro e Dezembro do ano passado, refere a sondagem.

A maior queda foi protagonizada pelo Banco Português de Negócios (BPN) que é, segundo a opinião dos portugueses, a entidade bancária com menor capacidade para resistir à crise financeira. Na "liga dos últimos", a segunda posição cabe ao Banco Privado Português (BPP). Segue-se o Santander Totta, a Caixa de Crédito Agrícola e o Finibanco.

Aplausos ao apoio governamental

Apesar da quebra da confiança dos portugueses em instituições bancárias como o BPN, BPP e Millennium bcp, a maioria dos inquiridos (81,4%) aplaude as medidas de apoio governamental aos bancos para a protecção dos depósitos e

poupanças das famílias. Apenas 11,3% dos portugueses considera que o Governo "fez mal" ao intervir no sistema bancário nacional.

Um quarto dos portugueses confia pouco nos bancos

Actualmente, o grau de confiança dos portugueses no sistema bancário nacional não é elevado. A maior parte dos inquiridos (54,7%) avalia como "média" a confiança que tem na banca nacional. Um quarto dos portugueses que respondeu ao inquérito qualifica mesmo de "pequena" a segurança que sente em relação às instituições bancárias portuguesas. Uma fatia de 18,2% dos inquiridos revela uma "grande" confiança no sistema bancário, conclui a sondagem da Aximage Comunicação e Imagem. **lc**

Ficha Técnica (Dezembro)

Universo: indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidor de telemóvel;

Amostra: aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, actividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub-universo obtido de forma idêntica. A amostra teve 600 entrevistas efectivas: 266 a homens e 334 a mulheres: 155 no interior, 207 no litoral norte e 238 no litoral centro sul; 202 em aldeias, 177 em vilas e 221 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilíbrio amostral.

Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I. (Computer Assisted Telephonic Interview).

Trabalho de Campo: Entrevista telefónica por C.A.T.I., tendo o trabalho de campo decorrido entre os dias 3 e 5 de Dezembro de 2008, com uma taxa de resposta de 76,9%.

Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples, com 600 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma "margem de erro" - a 95% - de 4,00%).

Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem Lda., sob a direcção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

*A nota de cada banco é calculada dividindo por dez a diferença entre Mais Forte e Mais Fraco e somando dez ao quociente. As percentagens de Mais Forte e Mais Fraco foram recalculadas unicamente sobre os respectivos respondentes, retirando, portanto, os entrevistados que não expressaram qualquer opinião e que se distribuíram da seguinte forma: Mais Forte 25,6% em Setembro e 19,3% em Dezembro; Mais Fraco 56,9% em Setembro e 47,0% em Dezembro.



Miguel Cadilhe abandona presidência da SLN

Carvalho das Neves sucede ao ex-ministro das Finanças na liderança do grupo que detinha o BPN

CÁTIA SIMÕES

catia.simoies@sol.pt

A ADMINISTRAÇÃO da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) decidiu substituir Miguel Cadilhe no cargo de presidente da comissão executivo do grupo. A 'cadeira passa agora a ser ocupada por João Carvalho das Neves, que já fazia parte da equipa do antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva.

Cadilhe abandonou a presidência do BPN após a sua nacionalização, mas mantinha-se à frente da SLN. Agora, abandona o cargo de presidente, mas continua no grupo como *chairman* e administrador

não-executivo no conselho de administração. A decisão surge após a assembleia-geral de accionistas do passado dia 18. Em comunicado, a SLN avança que «são administradores não-executivos Miguel Cadilhe, Adelino Silva, Almino Silva e Manuel Meira Fernandes, e administradores executivos João Carvalho das Neves, António Vila Cova e João Vicente Ribeiro». O número de membros da comissão executiva passa de cinco para três e as mu-

danças visam «responder à nova realidade do grupo após a nacionalização do BPN».

O grupo vai agora focar-se no futuro, apostando na área da saúde – que já garantiu não vender – e na alienação de empresas. Miguel Cadilhe já admitiu manter a actividade da seguradora da SLN, a Real Seguros, deixando cair o processo de venda. Ainda assim, a decisão final só será tomada depois de concluída a avaliação da proposta de

compra da seguradora, que a SLN se comprometeu a analisar até ao fim do ano.

O BPN foi nacionalizado pelo Governo em Novembro, depois de ter sido revela-

A SLN vai apostar na área da saúde e na venda de outras empresas

do um buraco financeiro de 700 milhões de euros. O banco, que era liderado por Miguel Cadilhe, passou a ser gerido por Francisco Bandedeira, da Caixa Geral de Depósitos (CGD), e está a decorrer um processo de saneamento das contas. Ainda não foi possível apurar qual a dimensão da alegada fraude levada a cabo por José Oliveira e Costa. O ex-presidente do BPN, que abandonou o cargo alegando motivos de saúde, já foi detido pelas autoridades e é acusado de fraude.



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

Êxito em 2008, receita para 2009

O BPN OU OS PARVOS SOMOS NÓS

Num ano que terminou vergado ao peso da crise mundial, Portugal conseguiu um feito notável: entrou finalmente para a liga dos países que fazem ciência.

Pelo menos é isto que decorre dos dados revelados pelo Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2007. Segundo o documento, o país gastou 1,18% do PIB em Investigação e Desenvolvimento (I&D), um valor superior ao que se verifica em Itália (1,1%), muito próximo do que é praticado em Espanha (1,22%) e não muito distante do que é atingido na Irlanda (1,31%).

Mais extraordinário, contudo, é que pela primeira vez na nossa história a despesa das empresas em I&D ultrapassou a despesa do Estado (0,61% contra 0,57%), representando 51% da despesa total. E há dados notáveis: no sector da energia, as despesas em I&D cresceram 80 vezes (!) entre 2005 e 2007, nas comunicações nove vezes, nos serviços financeiros e seguros sete vezes, na indústria automóvel e nos serviços de informática seis vezes.

Além disso, o número de empresas com actividades de I&D passou de 930 para mais de 1500 em dois anos, tendo mais do que duplicado o número de investigadores no mesmo período. E por cada mil activos existem cinco investigadores, o que está muito próximo da média europeia (5,5), que acabaremos por atingir, já que Portugal está a doutorar 1500 pessoas por ano e a conceder bolsas de doutoramento a 2000.

Como foi possível isso num país que tem crescido menos que a União Europeia desde 2002? Pois, certamente com uma orientação política consistente, apoiada por instrumentos fiscais (o sistema de incentivos à investigação foi reintroduzido e aperfeiçoado), que empresários e gestores perceberam como algo fundamental para a sobrevivência das empresas que lideram.

Ora tem de ser com esta disposição, com esta vontade, com esta capacidade de trabalho e de ir à luta que também temos de nos preparar para enfrentar o ano que agora começa. Que ninguém se iluda com o final de 2008 e as inerentes desgraças económicas e financeiras que assolaram todo o mundo — 2009 vai ser bem pior nestas matérias.

É já definitivo que os três motores da economia mundial, que por junto representam 63% do total, vão estar em reces-

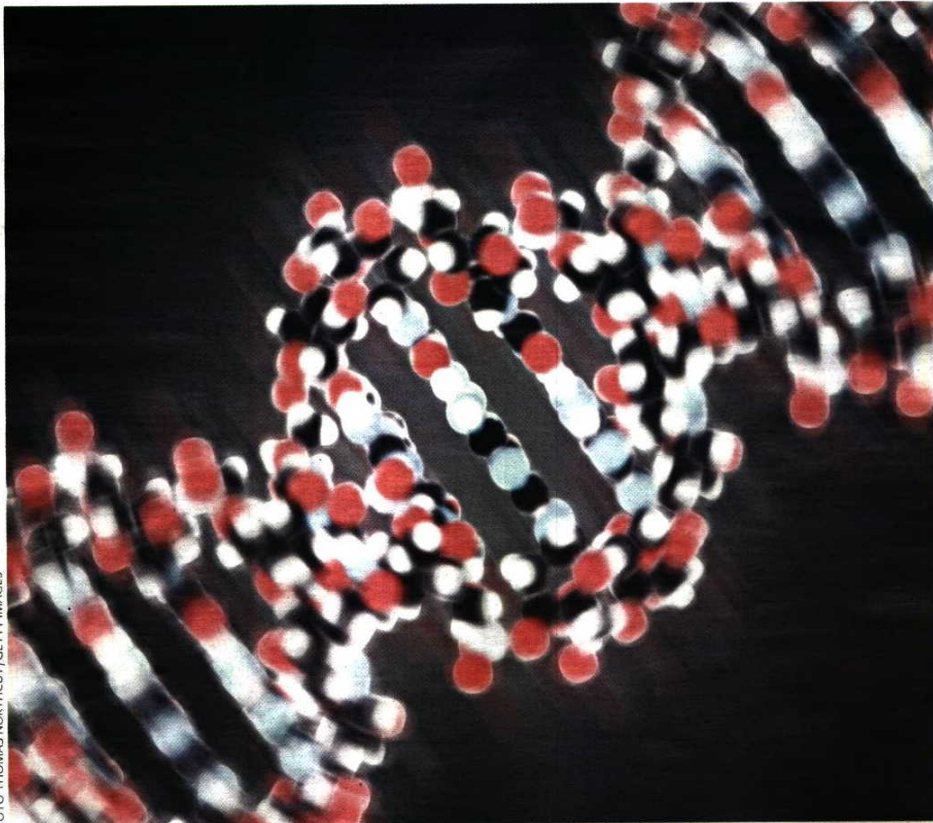


FOTO THOMAS NORTHGUT / GETTY IMAGES

são ao mesmo tempo. As análises são aterroradoras. Os Estados Unidos enfrentam a maior recessão desde a Grande Depressão, iniciada em 1929 e que demorou pelo menos três anos. A quebra na economia europeia será a mais significativa dos últimos 20 anos e, no caso do Japão, a pior desde 1998, que arrastou o país durante uma década para a deflação.

A economia real vai ser ainda mais severamente atingida do que já foi. Depois do imobiliário, da indústria automobilística e da indústria aeronáutica, muitas outras entrarão em dificuldades e irão bater à porta dos respectivos governos. Mas como os recursos são finitos, não haverá capacidade de resposta para todos.

Aliás, se há algo que se pode esperar é que 2009 seja um ano de purificação. É nas grandes tempestades que se vê quem são os bons marinheiros. Muitas empresas ficarão pelo caminho, com o consequente aumento dos despedimentos e dos problemas sociais. É aí que os Governos, mas também as empresas, têm uma enorme responsabilidade: a de não deixarem as sociedades chegar a pontos de ruptura, que originam violência e criminalidade em crescendo.

Para Portugal, esqueçam as declarações optimistas do Governo: vamos entrar em recessão. Basta que os nossos principais parceiros comerciais (Espanha e Alemanha) estejam nessa situação.

Por isso, na economia real vão fechar ainda muitas empresas, de revendedores de automóveis a lojas de pequeno comércio, mas também na indústria continuarão a encerrar unidades sem estrutura organizativa que lhes permita enfrentar o encapelado mar económico que temos pela frente. Além do mais, o elo de confiança entre bancos está quebrado. Espero que me engane, mas acho que no final de 2009 teremos dois bancos a menos que no início do ano.

Em todo o caso, perante a dureza que se antevê para 2009, só é possível uma resposta: não baixar os braços e lutar até mudar os favores da fortuna a nossa favor. Vamos a isso!

A 2 de Novembro, o Governo anunciou que ia propor à Assembleia da República a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN). Motivo: a inviabilidade da instituição, devido a prováveis fraudes cometidas pela administração de Oliveira Costa e a eventuais políticas comerciais erradas seguidas durante anos, em particular a prática de taxas de juro acima do mercado.

Desde essa data, a Caixa Geral de Depósitos já injectou mais de mil milhões de euros no BPN, que é gerido por uma administração onde têm assento três altos quadros da Caixa: Francisco Bandeira (presidente), Norberto Rosa e Pedro Cardoso.

É por isso mesmo muito surpreendente que, numa comparação entre as taxas de juro oferecidas para depósitos a prazo aplicadas através da internet, o BPN continue a ser dos bancos mais competitivos. As taxas que oferece são a terceira melhor para depósitos até 10 mil euros a três meses; são a mais competitiva para depósitos a seis meses até 10 mil euros, entre 10 mil e 50 mil e entre 50 mil e cem mil; e voltam a ser as melhores a 12 meses entre 10 mil e 50 mil e entre 50 mil e cem mil euros.

Ora, ponto 1, é surpreendente que o banco mantenha esta política de taxas de juro, que era uma das marcas da administração de Oliveira Costa que lançou suspeitas sobre a instituição; ponto 2, mais surpreendente ainda é que tais políticas se mantenham quando o banco, aparentemente, dificilmente sobreviverá a esta intervenção do Estado; e ponto 3 tudo se torna mais incompreensível quando o Estado já injectou milhões no BPN para que o banco possa continuar a flutuar.

Ou alguém explica isto bem ou então os contribuintes têm todo o direito de pensar que estão a ser tomados por parvos.